

sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez. O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com dívidas pactuadas com fornecedores, empréstimos e concessões a pagar, pós e prefixadas, incluindo os juros futuros até a data dos vencimentos contratuais, para controladora e consolidado, podem ser observadas na tabela abaixo:

Controladora	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
	<b>Instrumentos financeiros à taxa de juros:</b>					
- Pós-Fixadas						
Fornecedores	(37.871)	-	-	-	-	(37.871)
Financiamentos e debêntures	(73.495)	-	(76.545)	(19.866)	(50.589)	(220.495)
Concessões a pagar	(4.127)	(8.253)	(37.200)	(265.523)	(609.825)	(924.928)
	<b>(115.493)</b>	<b>(8.253)</b>	<b>(113.475)</b>	<b>(285.389)</b>	<b>(660.414)</b>	<b>(1.183.294)</b>
<b>Consolidado</b>						
- Pós-Fixadas						
Fornecedores	(40.169)	-	-	-	-	(40.169)
Financiamentos e debêntures	(75.642)	(4.295)	(95.925)	(123.206)	(284.635)	(583.703)
Concessões a pagar	(4.127)	(8.253)	(37.200)	(265.523)	(609.825)	(924.928)
	<b>(119.938)</b>	<b>(12.548)</b>	<b>(133.125)</b>	<b>(388.729)</b>	<b>(894.460)</b>	<b>(1.548.800)</b>

**Risco de crédito:** Atualmente, os recebíveis da Companhia advêm de contratos firmados no mercado regulado, de volume de venda de energia realizada com seus acionistas (partes relacionadas) ou da liquidação no mercado de curto prazo. A liquidação dos contratos no mercado regulado é lastreada por um forte arcabouço regulatório que impõe rígidas sanções às distribuidoras inadimplentes. Na liquidação do contrato de venda de energia com acionistas entende-se que o risco de crédito é mitigado pelo interesse intrínseco da parte envolvida. Com relação às liquidações no mercado de curto prazo, o controle é feito pela própria CCEE que centraliza as operações dos principais agentes setoriais. Dessa forma, o risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento, buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso. No que se refere ao risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, advindas da decretação de insolvência de instituição financeira em que mantenha depósitos e baixa, haja visto que a Companhia investe apenas em instituições de primeira linha e realiza uma criteriosa análise do risco associado a estas instituições, bem como ao risco associado aos produtos financeiros nos quais aplica. A Companhia tem acesso às avaliações de risco de seus acionistas no que diz respeito às contrapartes de instituições financeiras, estas análises são também realizadas com base nas políticas internas aprovadas pelos seus respectivos fóruns de definição de estratégias para gerenciamento dos riscos financeiros. A Companhia avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da tesouraria. Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI. A Companhia não realiza operações que incorporem risco de volatilidade em suas demonstrações financeiras. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco de crédito é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e equivalentes de caixa	394.567	344.155	435.169	381.041
Aplicações financeiras	305.884	242.823	327.246	257.073
Contas a receber	88.730	93.046	125.944	116.694
<b>Total da exposição</b>	<b>786.181</b>	<b>680.024</b>	<b>888.359</b>	<b>754.808</b>

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Aos Administradores e Acionistas da **Aliança Geração de Energia S.A.** - Belo Horizonte - MG

**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Aliança Geração de Energia S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. **Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Aliança Geração de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Aliança Geração de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que em nosso julgamento profissional foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Avaliação do valor recuperável ("impairment") do ativo imobilizado em função do rompimento da barragem de rejeitos em Mariana:** Veja as notas nº 2.6.d e nº 8 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas. O balanço patrimonial consolidado apresenta na rubrica de imobilizado o montante de R\$2.118.365 mil, dos quais, R\$80.393 mil referem-se à Usina Hidrelétrica Risoleta Neves ("Usina"), por meio do Consórcio Candonga. A Companhia e suas controladas efetuam a análise do valor recuperável do ativo imobilizado quando há indícios de que o seu valor recuperável possa ser inferior ao valor contábil. Em decorrência do rompimento da barragem de rejeitos em Mariana-MG, a Usina teve suas operações interrompidas desde novembro/2015, o que representa um indicador de que os ativos possam estar desvalorizados. Para a determinação do valor recuperável, a Companhia utiliza o método de fluxo de caixa descontado, com base em projeções econômico-financeiras que envolve um alto grau de julgamento na determinação das estimativas utilizadas na projeção da geração de caixa da unidade geradora de caixa para fins de determinação do valor recuperável dos ativos. Devido a relevância dos saldos e que eventuais alterações das premissas utilizadas possam impactar de forma relevante as demonstrações financeiras, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Avaliamos o desenho e implementação dos controles internos chave relacionados à preparação e revisão do plano de negócios da Usina Hidrelétrica Risoleta Neves que foi utilizado para análise e determinação do valor recuperável dos ativos. Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, analisamos as premissas significativas e as metodologias utilizadas pela Companhia, incluindo as taxas de desconto e de crescimento das receitas no período de projeção e avaliamos a consistência dos cálculos, comparando-os com informações de mercado disponíveis do setor de geração de energia, com o desempenho efetivo de outras usinas do grupo e com dados históricos. Realizamos também a análise de sensibilidade, bem como o recálculo do valor em uso. Adicionalmente, analisamos as divulgações feitas nas demonstrações financeiras. Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que o imobilizado e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Provisão para risco regulatório em função do rompimento da barragem de rejeitos em Mariana:** Veja as notas nº 2.6.e e nº 17 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas. O balanço patrimonial consolidado apresenta provisões para processos judiciais no montante de R\$207.125 mil, dos quais R\$188.936 mil estão relacionados à ação judicial regulatória vinculada ao rompimento da barragem de rejeitos de Mariana-MG e seus impactos na operação das Usinas Hidrelétricas Risoleta Neves ("Candonga"). No contexto da referida ação judicial, a Companhia tem recebido valores por meio da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE para compensação por compras de energia em condições menos favoráveis do que aquelas previstas para usinas hidrelétricas pertencentes ao Mecanismo de Realocação de Energia ("MRE"). Estas compensações decorrem de pedido liminar deferido em favor da Companhia e, posteriormente, êxito em primeira instância na ação movida pela Companhia que estabelece o retorno da referida usina hidrelétrica ao MRE. A provisão foi constituída para cobrir o risco de desembolso futuro, caso a Companhia seja requerida a devolver os valores recebidos da CCEE em virtude da ação judicial em questão. Devido ao elevado grau de julgamento envolvido na mensuração da referida provisão, a relevância do valor envolvido, pela incerteza referente aos potenciais efeitos da ação regulatória movida pela Companhia para retorno da Usina Hidrelétrica ao MRE e respectivos efeitos tributários vinculados aos recebimentos por meio da CCEE, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Avaliamos o desenho e a implementação dos controles internos chave relacionados ao reconhecimento, mensuração e divulgação das provisões e passivos contingentes. Especificamente, em relação ao processo judicial regulatório da Usina Hidrelétrica de Candonga, obtivemos parecer jurídico dos assessores externos da Companhia com relação a probabilidade de desembolso financeiro para restituição das parcelas recebidas da CCEE e a avaliação do departamento jurídico interno da Companhia com relação ao referido tema e a conclusão quanto ao reconhecimento da provisão. Envolvemos nossos especialistas legais na avaliação do assunto no ano anterior e efetuamos a atualização do assunto para o exercício de 2019. Durante os procedimentos de auditoria das Demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018, obtivemos também parecer jurídico de assessores externos da Companhia com a análise dos aspectos fiscais associados ao registro contábil da provisão e envolvemos nossos especialistas em tributos com o objetivo de verificar a tese utilizada em relação à tributação pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro para as compensações financeiras recebidas e as respectivas movimentações das diferenças temporárias nas apurações fiscais. Avaliamos todas as mudanças ocorridas ao longo do ano de 2019 que pudessem alterar nossas conclusões obtidas no ano anterior. O tratamento fiscal é consistente com o ano anterior. Adicionalmente, corroboramos os valores recebidos referentes ao referido processo judicial durante o exercício com informações do sumário da CCEE e que, por sua vez, correspondem ao valor da provisão constituída ao longo do exercício. Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que a provisão para riscos regulatórios e seus reflexos fiscais,

**Riscos de concentração de clientes:** Atualmente, parte substancial de suas vendas estão concentradas em seus dois acionistas. **Riscos hidrológicos:** O suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) é realizado, na sua maior parte, por usinas hidrelétricas. Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado e centralizado pelo ONS, cada usina hidrelétrica, incluindo as da Companhia, está sujeita a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do país. A ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis, em conjunto com a obrigação de entrega da energia contratada, poderá resultar em uma exposição da Companhia ao mercado de energia de curto prazo, o que afetaria seus resultados financeiros futuros. Entretanto, com exceção da Usina de Candonga, a totalidade da capacidade de geração hidrelétrica da Companhia está inscrita no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), que mitiga parte do risco hidrológico, alocando-o entre todas as usinas vinculadas ao MRE. Adicionalmente, em 8 de dezembro de 2015 a Companhia optou por repactuar o risco hidrológico para os seus contratos firmados no ACR, conforme detalhamento apresentado na Nota Explicativa 6.

**24 - Benefícios a empregados:** a) **Seguro de vida:** A Companhia possui a política de seguro de vida a todos os seus funcionários, onde o custo é totalmente pago pela Companhia. b) **Seguro saúde:** O seguro saúde é oferecido aos funcionários, de acordo com os critérios definidos na política da Companhia, com a contribuição da maior parte do custo no plano completo. O plano de saúde oferecido abarca colaboradores e seus dependentes. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, os valores correspondentes ao custo de Seguro Saúde pagos pela Companhia foram de R\$1.222 (R\$1.172 em 31 de dezembro de 2018). c) **Benefícios pós-emprego:** A Companhia não concede benefícios pós-emprego, tais como complemento de aposentadoria, seguro e assistência médica, nem remuneração com base em participações em ações de seus administradores.

**25 - Cobertura de seguros:** A Companhia contratou cobertura de seguro de responsabilidade civil e para risco operacional nos montantes de R\$30.000 e R\$343.853, respectivamente. A vigência das citadas apólices é até 21 de março de 2020.

**26 - Compromissos:** Em 31 de dezembro de 2019, as controladas da Companhia possuem os seguintes compromissos assumidos, sendo todos integralmente referentes à implantação do Projeto Eólico Santo Inácio: a) A Companhia assinou um contrato para operação e manutenção de seus aerogeradores por dez anos, o qual resultará em uma despesa total de R\$42.591. b) Ademais, a Companhia possui ainda contratos de arrendamento com os proprietários das terras onde seus ativos estão implementados, estes arrendamentos preveem o pagamento de 1,5% da receita líquida dos aerogeradores implantados no terreno do arrendatário. A expectativa de desembolsos com a referida obrigação é: Santo Inácio III no valor de R\$8.198; Santo Inácio IV no valor de R\$6.219; Garro no valor de R\$6.219; e São Raimundo no valor de R\$6.502.

**27 - Informações complementares ao fluxo de caixa:** As principais transações complementares ao fluxo de caixa foram as seguintes:

	31/12/2019		31/12/2018	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Provisão de demandas judiciais (1)	1.639	1.639	1.108	1.108
Contabilização inicial IFRS 16 (2)	4.734	14.415	-	-
	<b>6.373</b>	<b>16.054</b>	<b>1.108</b>	<b>1.108</b>

1) As provisões de demandas judiciais, cujo fato gerador é anterior a criação da Aliança, não transitaram pelo resultado da Companhia e serão ressarcidas pelos seus acionistas. 2) Em 01 de janeiro de 2019, a Companhia aplicou o IFRS 16 e registrou o passivo de arrendamento e um direito de uso no grupo de imobilizado.

**28 - Eventos subsequentes:** **Aumento de capital social nas Centrais Eólicas Acauã:** Em 13 de dezembro de 2019, a assembleia geral de constituição aprovou o capital social inicial das Centrais Eólicas Acauã, que foram parcialmente integralizados em 2019. Em janeiro de 2020 e fevereiro de 2020, a Aliança Geração de Energia integralizou respectivamente R\$14.985 e R\$30.878 para as Centrais Eólicas Acauã.

DIRETORIA			
<b>Wander Luiz de Oliveira</b>			<b>Paulo de Tarso de Alexandria Cruz</b>
Diretor de Comercialização e de Engenharia			Diretor de Operações
RESPONSÁVEL TÉCNICO			
<b>Rafael Lisboa Fernandes</b> - Contador - CRC/MG - 105611/O-3			

assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Ênfase - Transações com partes relacionadas:** Chamamos a atenção para o fato de que parte substancial das operações de venda de energia da Companhia são realizadas com partes relacionadas, conforme descrito na nota explicativa nº 22. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressar opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública de um assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deveria ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação poderiam, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 21 de fevereiro de 2020

KPMG Auditores Independentes  
CRC SP-014428/O-6 F-MG

Marco Túlio Fernandes Ferreira  
Contador - CRC MG-058176/O-0  
6/6

736 cm -11 1333565 - 1

**DMAES - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA, ESGOTO E SANEAMENTO DE PONTE NOVA/MG**  
EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - Processo 008/2020 - Pregão 001/2020 - O Diretor Geral do DMAES ratifica a adjudicação ao vencedor e homologa o processo, acatando inteiramente os atos da Pregoeira, conforme Pareceres favoráveis juntados ao Processo. Ponte Nova (MG), 11/03/2020. Anderson Roberto Nacif Sodré/Diretor Geral.

DMAES - Departamento Municipal de Água, Esgoto e Saneamento de Ponte Nova/MG - EXTRATO DO CONTRATO 020/2020 - Processo 008/2020 - Pregão 001/2020 - CONTRATADA: NICOMÁQUINAS REPAROS LTDA. Objeto: Contratação de empresa para Execução de Serviço de Limpeza de todos os poços Artesianos e Semi Artesianos do DMAES no município de Ponte Nova/MG - EXCLUSIVO PARA ME OU EPP (Conforme especificações e condições contidas no Anexo 1 - Termo de Referência). Execução Parcelada 180 dias. Recurso Orçamentário: 17.512.0054.4014.3390.39. Recurso Financeiro: Próprio. Valor Total: R\$ 40.210,00 (Quarenta Mil Duzentos e Dez Reais). Ponte Nova (MG), 11/03/2020. Anderson Roberto Nacif Sodré/Diretor Geral.

5 cm -11 1333761 - 1

**SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - PASSOS/MG**  
Inexigibilidade de licitação 002/2020. O diretor do Serviço Autônomo de Água e Esgoto, Pedro Teixeira, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso inciso I do artigo 25 da Lei 866/93 com suas posteriores alterações, homologa a Inexigibilidade de Licitação para aquisição de Estator para bomba dosadora de hidróxido de cálcio Netsch diretamente da Netsch do Brasil Indústria e Comércio Ltda ao preço de 2.305,92. Passos-MG, 05 de março de 2020.

2 cm -11 1333689 - 1

**ASSOCIAÇÃO MULTISSETORIAL DE USUÁRIOS DE RECURSOS HÍDRICOS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS ABHA GESTÃO DE ÁGUAS/EMPRESA PRIVADA.**  
ATO CONVOCATÓRIO ABHA Nº 001 / 2020  
PROCESSO SELETIVO / COLETA DE PREÇOS  
SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

O Diretor Presidente da Associação Multissetorial de Usuários de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas (ABHA Gestão de Águas), no uso de suas atribuições, FAZ SABER que se encontra RETIFICADO o Ato Convocatório ABHA Nº 001/2010 - Modalidade "Coleta de Preços" - Tipo "Menor Preço", para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Comunicação Social, com vistas a atender as necessidades do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Araguaçu na gestão e gerenciamento de recursos hídricos. Os interessados poderão ter acesso ao Edital, que compreende o Ato Convocatório e respectivo Termo de Referência e à sua retificação, na página eletrônica www.agenciaabha.com.br. Informações adicionais podem ser obtidas pelo e-mail abha@agenciaabha.com.br ou pelo telefone de número (34) 3241-4849, ou ainda na sede da ABHA, situada à Rua Jaime Gomes, nº 741, Centro, em Araguaçu - MG. As propostas deverão ser apresentadas imprimeiramente até às 13h30min do dia 31 de março de 2020.

Araguari - MG, 10 de março de 2020.  
THIAGO ALVES DO NASCIMENTO  
Diretor Presidente

6 cm -10 1333333 - 1

**LEILOEIRO LUCAS RAFAEL ANTUNES MOREIRA**  
Edital de leilão 001/2020 da Prefeitura de Seritinga/MG  
Torna público que levará a leilão online através do site www.lucasleiloeiro.com.br em 01/04/2020 a partir das 13:00hs, seus bens inservíveis: veículos diversos. Fone: 37-3242-2218.

1 cm -10 1332919 - 1

**COMÉRCIO DE AREIA E CASCALHO SANTA RITA LTDA**  
Termo de Compromisso de Compensação Ambiental nº 2101010500420 entre Instituto Estadual de Florestas - IEF e o Comércio de Areia e Cascalho Santa Rita Ltda, o qual estabelece medida de compensação ambiental (Lei 9.985/00) do licenciamento do empreendimento "extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil" de acordo com a cláusula primeira do referido termo. Valor da compensação: R\$ 2.460,95.  
Data de assinatura: 20/02/2020.  
Antônio Augusto Melo Malard - Diretor Geral do IEF  
João Paulo Seixas Merlo - Empresário - Comércio de Areia e Cascalho Santa Rita Ltda

3 cm -09 1332344 - 1

**IMESA - INSTITUTO DE MEDICINA ESPECIALIZADA DE ALFENAS S/A**  
CNPJ nº 20.409.439/0001-80 - NIRE 3130000898-3. EDITAL DE CONVOCACÃO. Ficam os senhores acionistas do IMESA - Instituto de Medicina Especializada de Alfenas S/A convocados para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada na sede da Companhia, na Rua Adolfo Engel, 19, bairro Jardim Tropical, em Alfenas, MG, no dia 14/04/2020, às 20:00 horas, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o relatório da diretoria e demonstrações financeiras relativos ao exercício encerrado em 31/12/2019; b) deliberar sobre a destinação do lucro líquido e a distribuição de dividendos do referido exercício; c) eleger os administradores para o período de 01/05/2020 a 30/04/2022 e fixar honorários para o período 05/2020 a 04/2021. Achar-se à disposição dos senhores acionistas, na sede da Companhia, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei 6.404/76, relativos ao exercício encerrado em 31/12/2019. Alfenas, 06 de março de 2020. Dr. José Carlos Miranda - Diretor Presidente.

4 cm -10 1333125 - 1

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DO LESTE DE MINAS - CONSURGE.**

TORNA PÚBLICO, Pregão Presencial nº 009/2020 - Processo Licitatório nº 012/2020. Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de ME, EPP ou equiparadas para fornecimento de materiais de resgate, conforme convênio nº 3363/2015 firmado com a Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais - SES. Julgamento: 25/03/2020 às 14h00min. Setor de licitações; Fone: (33) 3203-8863; e-mail: licitacao@consurge.saude.mg.gov.br

3 cm -11 1333542 - 1

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE MACRO REGIÃO DO SUL DE MINAS - CISSUL**

Extrato de Publicação do Edital de Licitação - Modalidade: Pregão Presencial nº 008/2020 - Processo nº 038/2020 - O CISSUL, torna público, que realizará Licitação Pública, com a Finalidade: Registro de preço para futuras e eventuais aquisições de botas de cano longo em couro, de uso operacional. Data Abertura: 25/03/2020 - Horário: 08:30:00 - Tipo: Menor Preço Global. O inteiro teor do Edital Licitatório está à disposição dos interessados de 2ª a 6ª feira, das 13 às 17 horas, na Rua João Urbano Figueiredo, nº 177, Bairro Boa Vista, Varginha/MG, no site www.ciissul.saude.mg.gov.br/licitacoes/editais/ ou ainda pelo e-mail: licitacoes@ciissul.saude.mg.gov.br. Sarah Castro de Oliveira Moraes, Pregoeira do CISSUL. Varginha/MG, 12 de março de 2020.

3 cm -11 1333638 - 1



Documento assinado eletronicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço <http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/autenticidade>, sob o número 32020031194821027.